

# **INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA COMPREENSÃO SOCIO HISTÓRICA DE SUA IMPORTÂNCIA E UM BREVE ESTUDO DO PAPEL DO DOCENTE**

Maria das Dores Trajano da Silva; Thayná Souto Batista; Tatiana Cristina Vasconcelos (Orientadora)

*Universidade Estadual da Paraíba  
marytrajano250317@gmail.com*

## **Introdução**

Em meados do século XVIII iniciou-se o conceito de infância. A criança que era contida como um adulto em miniatura, vestindo as mesmas roupas, trabalhava, era tratada da mesma forma que os adultos e inseridas nos mesmos espaços, passa a ser reconhecida em suas particularidades. Para Ariès, (1981 p.14) a criança era, portanto, diferente do homem, mas apenas no tamanho e na força, enquanto as outras características permaneciam iguais.

Não existindo ainda a nomenclatura de professor os mesmos eram chamados de cuidadores ou crecheiros, com pouca ou nenhuma formação. A escola tinha o papel de apenas receptora dos mesmos e os cuidadores exerciam o papel materno, desde os cuidados essenciais ao bem estar da criança sem o compromisso de inseri-las no mundo letrado. Porém as crianças que eram inseridas nesses ambientes pertenciam a famílias de classe alta ou filhos de operários com o intuito de não enfraquecer a mão de obra.

As crianças com necessidades especiais eram privadas desse acesso, pois nessa época as mesmas eram rotuladas de incapazes, loucas ou castigo divino. A partir da elaboração da Constituição Federal (CF) de 1988 a criança passa a ser reconhecida como ser social e a escola passa a ser direito de todos e dever do Estado, é assim que os menos favorecidos são inseridos em um ambiente escolar. As crianças com necessidades educacionais especiais passam a receber atendimento educacional especializado como previsto na Constituição Federal no artigo 208 no inciso III- “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

A instituição de Educação Inclusiva possuindo um ambiente favorável que seja acolhedor tende a promover segurança ao indivíduo, e um melhor desenvolvimento, como aponta o teórico Vygotsky que o ambiente é primordial para o melhor desenvolvimento. Um ambiente inadequado e a falta de recursos podem favorecer limitações as crianças sejam elas com necessidades educacionais especiais ou não, os fatores citados podem vim a determinar o fracasso escolar. Ainda afirma que a escola exerce um fator basilar no desenvolvimento integral do indivíduo, pois é através da mesma que a criança passa a ter acesso aos conhecimentos culturais e ao acrescentamento das suas relações interpessoais

O brincar deve estar presente no cotidiano escolar, como configura a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O brincar deve estar presente no cotidiano e em diferentes espaços e tempos, para que assim a criança amplie o seu conhecimento, sua imaginação e criatividade. Considerando o brincar como proposta pedagógica inclusiva é através da mesma que pode-se ampliar o conhecimento cultural, afetivo e cognitivo da criança, bem como buscar desenvolver a motricidade. Segundo Vygotsky 2003 o professor deve dar condições para que as crianças brinquem, incentivar e propor deixando sempre a criança livre visto que a liberdade no brincar é uma característica importante da atividade.

O professor deve sempre mediar desde a organização da sala, a assistência na brincadeira,

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)

como também buscar incentivar os que se negam a participar.

O docente deve sempre mediar desde a organização da sala, a assistência na brincadeira, como também buscar incentivar os que se negam a participar. Incluir as crianças com necessidades educacionais especiais é desafiador para a instituição e para o docente, pois cabe ao profissional incluir a criança na brincadeira proposta, para isso não precisa-se criar um novo currículo, mas o comprometimento com a inclusão visando sempre a igualdade e a harmonia, levando os mesmos a estarem habituados no convívio social, precisando promover apenas alterações e mudanças que envolvam desde o brincar à metodologia de ensino.

### **Metodologia:**

#### **A importância da inclusão no ensino regular na educação infantil**

Como aponta a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9495/96 que regulamenta o ensino no Brasil em seu Cap V/ art. 58:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 1996)

A adaptação da sociedade é primordial para que ocorra a inclusão, já que as crianças com necessidades especiais precisam assim como toda e qualquer criança se preparar para apropriar-se de papéis que irão exercerem na sociedade, bem como atuar na mesma como cidadãos. Para a eficácia da inclusão deve-se levar em conta o que o Referencial Curricular para Educação Infantil (RCNEI, 1998) defende que são os princípios da inclusão, dentre eles destacamos o respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, éticas, religiosas e etc.

Se faz necessário que a instituição de educação infantil reconheça a particularidade de cada aluno assegurando a adaptação do seu currículo de modo a tornar possível a aprendizagem e a ampliação de suas potencialidades. Essa instituição que visa a inclusão de forma integral reconhece que é necessário o diálogo, discursão e reflexão, objetivando o compromisso pelo educar para o desenvolvimento e aprendizagem, levando em conta a importância do professor, pois é ele que mantém contato direto podendo assim levar essa discursão de inclusão para as crianças.

A inclusão não é apenas garantir a inserção da criança na escola e na sala de aula, mas assegurar seu pleno desenvolvimento e sua habilitação para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho como declara a Constituição Federal em seu artigo 208.

#### **A formação docente e as práticas pedagógicas na Educação Inclusiva**

A escola além de acolher o aluno com necessidade especial e ter uma estrutura adaptada, deve disponibilizar pessoas capacitadas para fazer um trabalho especializado, a fim de promover a aprendizagem como é assegurado na lei do Senado de número 228 em 2014 no artigo 58 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Ao educando com deficiência será assegurada a assistência de cuidador, nos estabelecimentos de ensino públicos ou privados, quando necessário para promover seu atendimento educacional na rede regular de ensino.

Para esse trabalho é de grande importância um monitor, pois o mesmo será um facilitador do processo de aprendizagem. Nesse sentido o papel do monitor será auxiliar a criança especial em sala de aula além de desenvolver atividades interativas que ajude a criança a se

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)

desenvolver, dessa forma se faz necessário que o agente monitor, possua conhecimentos específicos sobre educação especial e saber trabalhar junto a outras áreas do conhecimento para garantir a aprendizagem da criança.

Faz-se necessário que a instituição disponibilize formação continuada como é assegurado: “A instituição deve disponibilizar condições para que todos os profissionais participem de momentos de formação de natureza diversas como reuniões, palestras, visitas, atualizações por meio de filmes, vídeos etc.” (BRASIL 1998).

O papel do educador vem sendo moldado a medida que surge modificações nos documentos oficiais, o professor deve não exercer apenas a educação bancária, ou seja, aquela em que ele é o detentor do conhecimento e os alunos são apenas receptores passivos, mas, ser o mediador em sala de aula, instigando os alunos a um ambiente desafiador no qual ele irá compartilhar de suas experiências e ter voz ativa. Quando o papel de transmitir o conhecimento perpassa por apenas um depósito sem haver relações, didática e dinamismo o profissional está completamente despreparado para a atuação visto que algo que é exposto sem um planejamento pensado nas particularidades e sem levar em conta os conhecimentos prévios das crianças não irá promover um melhor desenvolvimento para os mesmos.

Entendendo escola inclusiva como aquela que abre espaços para todas as crianças, o seu papel principal é promover e aprimorar uma prática centrada nos educandos, com objetivo de educar a todos independente de suas singularidades, para promoção de uma verdadeira inclusão deve-se ter o apoio de toda a comunidade. O educador não pode ter a perspectiva de uma ordem, buscando apenas uma regra, ou seja, o professor deve adaptar sua prática de acordo com as necessidades de cada um para que não haja diferenças e voltemos à segregação. Na escola os alunos devem ter papel ativo, o educador deve na sua pratica incluí-los e buscar um desenvolvimento eficaz, visto que impulsionará o aluno ao aprendizado de fato e não apenas disfarçar que existe a aprendizagem.

Se faz necessário que o professor esteja aberto para avaliações, que seja capaz de se auto avaliar, pois uma prática que é constantemente avaliada e que tem um referencial teórico-prático provavelmente ampliará estratégias para melhorias, bem como pensar a escola e seu projeto pedagógico também se faz essencial para que se possa cada vez mais promover a inclusão, tento como principal objetivo atender as necessidades de cada um. É imprescindível a formação continuada para que o professor esteja sempre atualizado e possa refletir sobre sua prática cotidiana, levando em consideração suas vivencias, já que através da mesmas que ocorre a troca de experiências e reflexões necessárias para o dia a dia. O professor tem uma função desafiadora, visto que necessita de forma individual acompanhar cada aluno e adequar todo o seu planejamento as particularidades de todos.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), deve dispor de professores especializados para o acompanhamento do aluno em salas com recursos e estratégias que busquem acabar com os obstáculos existentes para o desenvolvimento da aprendizagem, assim como o auxílio familiar é intrinsecamente importante, pois a mesma deve buscar sempre melhorias na qualidade de vida para as crianças que tenham necessidades educacionais especiais e dispondo do acompanhamento em sub áreas como a psicologia, neurologia e fonoaudiologia e etc.

## **Resultado e Discursão**

Almeja-se que com essas discursões acerca da inclusão na educação escolar no ensino regular e da importância da formação docente para mesma, venha a possibilitar uma maior inquietação e fomentar outras tantas pesquisas sobre esse tema que tanto precisa ser debatido e ampliado.

## Considerações Finais

Em suma percebemos que a inclusão ainda é um processo que caminha de forma lenta, visto que se faz necessário um envolvimento total da instituição bem como de toda a sociedade, precisa-se romper com o preconceito que ainda existe, para que ocorra de fato a inclusão e não apenas o incluir, pois o que frequentemente tem ocorrido é que as crianças são inseridas no âmbito escolar mas não integradas no convívio e nas metodologias pedagógicas, gerando assim uma falsa inclusão é necessário incluir sem excluir.

O respeito as diferenças é a chave primordial para que se promova uma melhor qualidade de vida ao indivíduo seja ele com necessidades especiais ou não, visando sempre aprimorar o conhecimento e a formação para exercer a cidadania.

É essencial para a sociedade que a instituição esteja aberta a mudanças para promover a inclusão. Muitas escolas ainda não possuem o padrão e recursos necessários que são fundamentais para o desenvolvimento de crianças com necessidades educacionais especiais, o apoio da comunidade busca a promoção de uma inclusão que de fato aconteça.

## Referências

FERNANDES, A.C. A inclusão escolar na educação infantil: um Olhar sobre a prática docente. 201. 98 F. Dissertação (mestrado em educação) - Universidade Federal do Ceará, 2013. [Orientador: prof. Dr. Rita Vieira de Figueiredo PhD].

Disponível em: < [http://www.teses.ufc.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=12070](http://www.teses.ufc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=12070)> Acesso em 19 de julho de 2018.

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. 3 ed. Brasília, DF. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>> Acesso em 18 de julho de 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares. Estratégias para educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Secretaria de Educação Fundamental. A abordagem sócio-histórica na educação inclusiva

HALL, Stuart. Identidade Cultural na pós-modernidade. São Paulo: DP&A, 1997.

VYGOTSKY, Lev S. La imaginación y el arte en la infancia (ensayo psicologico). México: Ed. Hispánicas, 1987b.

VYGOTSKY, Lev S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1987.